

A “PIRATARIA” E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL

*José Sidnei Dantas

** Marines Lonadorni

* Professor de Língua Portuguesa, com especialização concluída da Universidade Salgado de Oliveira, Rio de Janeiro – RJ.

** Doutora em Lingüística e Língua Portuguesa, professora da Universidade Estadual de Maringá - UEM

Resumo

Este trabalho tem como objetivo suscitar a discussão em torno do assunto “pirataria”. Questões pertinentes a ele são analisadas a fim de que toda a sociedade seja conscientizada sobre a matéria, principalmente nossos alunos, porque o problema diz respeito a eles também. Com o aumento da venda ilegal de produtos de diversas naturezas, muitos postos de trabalho são extintos, e quando estiverem em idade de trabalho, a dificuldade em conseguir um emprego poderá ser ainda maior, sem contar, também, que podem deixar de usufruir dos benefícios sociais oriundos dos impostos que deixam de ser arrecadados.

Como resultado de pesquisas feitas, principalmente pela Internet, leitura de jornais a respeito do assunto, este artigo consiste na obtenção de materiais pertinentes ao assunto e em abordar a problemática existente em relação ao tema proposto: “pirataria”.

A abordagem do tema é feita de maneira clara para que aos estudantes não fiquem dúvidas, e o assunto tratado do modo imparcial possa ser discutido entre eles.

Palavras-chave

Contrabando - impostos – ilegalidade – pesquisa – pirataria

Abstract

This work has as objective lifts the discussion around the subject piracy. Pertinent subjects to him are analyzed so that the whole society has knowledge on the matter, mainly our students, because the problem also concerns them. With the increase of the illegal sale of products of several natures, many put of work they are extinguished, and when they are in work age, the difficulty in getting an employment will be enormous. Besides they can stop enjoying the social benefits originating from of the taxes that leave of being paid because of the piracy.

Conteúdo

1 – Introdução

A Pirataria é um fato presente em todos os países. Na atualidade, ela pode ser definida como o ato de copiar, vender ou reproduzir produtos alheios sem respeitar dos direitos e a vontade dos criadores e donos originais. É uma prática muito difundida e discutida ultimamente e que tem incomodado muito a sociedade de forma geral (Guimarães – 2006- pág.3).

A metodologia a ser aplicada será por meio de leitura de textos em sala, pesquisas feitas pelos estudantes, debates entre eles e elaboração de textos a respeito do tema. Tudo isso com o propósito de esclarecer que o problema da pirataria existe e precisa ser combatido. Também terá como objetivo analisar a razão de muitos lançarem mão desse “meio de trabalho” para promover o sustento de sua família.

2 – Pirataria: problemas e histórico

2.1 - Prejuízos que afetam a toda a sociedade

Por causa dela, os prejuízos em impostos alcançam cifras extraordinárias, ultrapassando muitos bilhões de dólares no Brasil, além de provocar o desemprego em muitos setores do comércio e indústria. A Associação Comercial do Paraná, ACP (2006), tendo investigado sobre o assunto diz:

“a pirataria é um problema que diz respeito a toda a pessoa de bom senso. Nenhum país, muito menos o Brasil, pode prescindir de arrecadar 30 bilhões de reais em impostos e deixar de criar 2 milhões de empregos ao ano com a falsificação de produtos e o contrabando”.

Segundo dados do Instituto Mackenzie, de São Paulo-SP,

“a pirataria movimentava anualmente 56 bilhões de reais em todos os setores, além de custar dois milhões de postos de trabalho e 84 bilhões de reais em impostos que deixam de ser arrecadados no Brasil”. E conforme nos mostra a Agência do Brasil, “neste país, 33% dos produtos de fumo, bebidas e combustíveis são ilegais e no setor literário, 200 milhões de cópias ilegais são feitas todos os anos”. (2006, p. 3)

O problema é ainda maior, no setor de software, segundo a Associação das Empresas de Software (Abes), “a comercialização ilegal afeta 61% dos programas e 70,4% dos equipamentos vendidos, causando a perda de 45 mil vagas de emprego e 1,4 bilhão de reais a menos nos cofres públicos”. (2005, página 2)

Diante disso, não só o governo, as autoridades políticas e policiais, mas também todos os cidadãos são parte interessada em que o problema seja combatido com muita severidade.

2.2 - A gênese do problema

A pirataria não é só um “privilégio” da atual sociedade. No Brasil, já é um problema “cultural” e remonta ao período do Império. Em reportagem publicada pelo jornal A Folha de S. Paulo sobre o livro “O Jardim de D. João”, da jornalista e escritora Rosa Nepomuceno, lançado como parte das comemorações dos 200 anos da chegada da família real ao Brasil, mostra como “a transferência da corte serviu para criar e multiplicar os hortos de aclimação essenciais para o desenvolvimento do tráfico de plantas” (FSP/ILUSTRADA, 08/12/2007).

Na reportagem, segundo o livro “os portugueses tinham espiões nos dois grandes hortos franceses (na atual Guiana Francesa e em Maurício, no oceano Índico), cooptando pesquisadores para trazer informações e semente de especiarias, frutas, resinas, madeira ou plantas medicinais” (FSP, op. cit.).

É significativo o texto a seguir, destacado pela Folha de S. Paulo, dito pela escritora Rosa Nepomuceno:

“A pirataria sempre correu solta, mas ela se oficializou em 1809, quando D. João VI mandou invadir a atual Guiana Francesa e levou os portugueses a se estabelecerem na região, entre 1810 e 1817, apropriando-se de manuais e técnicas para plantio.”

2.3 - Uma problemática social

Sem sombra de dúvida, a pirataria envolve vários aspectos sociais. Um deles mexe diretamente com os cofres públicos. Como vimos nos itens anteriores, são milhões de reais que deixam de ser arrecadados em impostos com a pirataria. Além do que, muitos postos de trabalhos deixam de existir. No fim, a sociedade de forma geral acaba perdendo e sofre o trabalhador que vê desaparecer a sua possibilidade de emprego.

Têm razão as autoridades quando lutam com pertinácia na sua batalha contra a pirataria. Para tanto, o governo não está assistindo a tudo isso sem nada fazer. Segundo Lellis, (2004),

“o Ministério da Justiça criou oficialmente o Conselho Nacional de Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, que tem a missão de traçar as diretrizes para a criação de um plano nacional de combate à pirataria, à sonegação fiscal dela decorrente e aos crimes contra a propriedade intelectual. E de acordo com a Agência Brasil, conta com a participação de representantes dos ministérios da Cultura, Relações Exteriores, Fazenda, Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Trabalho, além da Câmara, do Senado, das polícias Federal e Rodoviária e da iniciativa privada” (*Pirataria é causa ou consequência da economia, pág.2*).

No entanto, embora a despeito de todos os esforços envidados no sentido de acabar com esta prática, que para o governo é perniciosa, este é um fato social recorrente. Muitos produtos de artistas, como músicas e até mesmo filmes, são pirateados e colocados no mercado, antes mesmo de seu lançamento oficial. O Ator Wagner Moura, segundo a *Folha Online*, em entrevista ao programa “Altas Horas”, da Rede Globo de Televisão, (outubro/2007), criticando a pirataria, disse que a estréia do filme “Tropa de Elite” foi antecipada, devido à pirataria.

Porém, há que se levar em conta a outra face da moeda. Os produtos da área musical, os que mais sofrem com a prática da pirataria são colocados no mercado por um preço muito alto, o que inviabiliza o acesso a esses

produtos por parte de muitas pessoas das camadas sociais mais baixas. Se a indústria colocasse no mercado produtos de valor mais acessíveis, a maioria não buscaria os pirateados, pois tem consciência de que a qualidade é inferior, entre outros aspectos

3 - Desenvolvendo o assunto em sala de aula

Para a realização dessa pesquisa, diversos textos sobre o tema proposto foram estudados pelos alunos em sala de aula. A classe escolhida para o desenvolvimento desse trabalho foi o primeiro ano do Ensino Médio, turma C, noturno, do Colégio Estadual "D. Bosco", Cianorte, Paraná.

A maioria dos textos selecionados foi retirada de artigos publicados em revistas, os quais foram lançados na Internet. Também selecionada a reportagem publicada pela Folha de S. Paulo (8/12/2007).

Os títulos dos textos trabalhados foram: Empresas brasileiras terão que indenizar a Microsoft por pirataria; BSA avisa que já alertou 722 empresas brasileiras contra a pirataria (2007); Paulo Rebelo – UOL tecnologia: Emprestar ou copiar CD é pirataria? (2007); Pirataria: comissão vai enviar denúncias para Receita Federal, Ronaldo Braga, O Globo (2007); Pirataria gerou demissão de 150 pessoas em locadoras de Teresina (8/07/2006); Brasileiros compram produtos pirateados (2006); Pirataria não democratiza, diz protagonista de "Tropa de Elite" (Folha Online, 2007); Como surgiu a pirataria. (Jorge Machado, USP). Os textos acima mencionados foram lidos e analisados pelos alunos. Na oportunidade, eles conheceram as opiniões, favoráveis e contrárias, de pessoas e órgãos que tratam do assunto em questão.

Para que se alcançasse o objetivo proposto no trabalho, e como estímulo para que os alunos debatessem o problema da pirataria, em seu aspecto conceitual e social, a propósito foram lançadas as seguintes questões:

1. Embora se saiba que muitos produtos são pirateados, porque o consumidor o compra?
2. Há no Brasil uma “cultura” de se adquirir o que é mais barato, descartável, não importando a origem. Qual a razão disso?
3. Por que as lojas de 1,99 fazem tanto sucesso de vendas?
4. Como a sociedade deverá lidar com a situação dos sacoleiros, que têm essa atividade como única fonte de renda para sustentar a família?
5. A carga de impostos sobre o produto brasileiro faz com que se recorram a produtos pirateados?
6. Reflita ainda: Se a indústria baixasse o preço dos produtos, haveria ainda a necessidade de se recorrer aos produtos pirateados?

Refletindo sobre as respostas dos alunos, em relação à primeira questão, eles foram taxativos em dizer que o preço baixo era o fator decisivo na compra de produtos pirateados. Isto vem ao encontro da pesquisa realizada pelo Ibope (2007): “os preços menores continuam sendo o principal atrativo dos produtos piratas no Brasil. Em 2007, 82% das pessoas que compraram mercadorias não declaradas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte disseram saber que estavam pagando menos da metade do preço que pagariam no mercado formal. Esse percentual foi de 73% em 2006.” (4/12/2007)

Os alunos ainda disseram que embora o consumidor tenha consciência de que o produto é pirateado, mesmo assim o compra. Também isto está de acordo com o Ibope, realizado em São Paulo (2007) que, em seu

“levantamento, mostrou que o consumo de produtos piratas no País é consciente e intencional. Entre os entrevistados nas três capitais, 73% das pessoas disseram que continuam comprando sempre, às vezes ou já compraram mercadorias não declaradas” (4/12/2007).

O Estadão (11/10/2006), no artigo “42% dos brasileiros compram produtos pirateados”, afirma que “o preço baixo é o principal motivo da escolha por parte dos consumidores da pirataria, citado por 93% dos entrevistados”.

Esse fato mostra que uso recorrente da pirataria é em virtude de o produto oferecer um preço acessível às pessoas. Sendo assim, deverá existir por parte das indústrias uma política econômica e de produção que vise a tornar seus produtos a um preço acessível e compatível ao poder aquisitivo de maior parte da população brasileira.

Com respeito à segunda questão, no debate produzido em sala, trinta por cento dos alunos disseram que de fato, o consumidor procura produtos que são mais baratos, não importando a sua procedência, ou se é descartável e que o importante é satisfazer a necessidade do momento. Afirmaram ainda acreditarem que os compradores brasileiros não se sentem em falta quando adquirem esses produtos. Na pesquisa Ibope (op. cit.), dentre os entrevistados, 55% disseram não se sentir mal por consumir produtos piratas e 79% disseram não ter vergonha de consumir esses produtos e não escondem quando compram mercadoria não declarada.

Os estudantes acham que a pirataria jamais deixará de existir, embora sejam envidados por parte das autoridades esforços para erradicar esse fator social.

Sobre o sucesso das lojas de 1,99, os alunos responderam que os produtos ali adquiridos são básicos e de uso breve, por isso as pessoas não se importam se a mercadoria tem procedência legal ou não, o importante é ter condição de comprar o produto devido ao preço baixo.

3.1 - Questão de sobrevivência

Em se tratando de produtos pirateados, há um problema social muito grave que é a existência de sacoleiros. Sabidamente, muitas famílias têm o seu sustento oriundo desse “trabalho”. São pessoas que, no convívio social, são consideradas honestas, trabalhadoras e cumpridoras de suas obrigações para com a família e a sociedade, mas que devido à falta de trabalho ou outra fonte de renda formal são obrigadas a se lançarem na empreitada de buscar mercadorias, principalmente no Paraguai, ou

onde estiverem disponíveis, para revendê-las a um preço mais baixo. Esses aspectos fizeram parte da questão número 5. Sessenta por cento dos alunos disseram que, embora as autoridades estejam corretas em coibir o livre trânsito desses sacoleiros, entendem ser este um problema social sério. Afirmam que ninguém gostaria de se arriscar, principalmente por se tratar de pessoas comuns, a perder tudo, ou até mesmo a serem presas. Por isso o governo deve olhar com atenção para essas pessoas, sugerindo até que haja um cadastro de quem realmente usa este trabalho como única fonte de renda e permitir que elas continuem em suas atividades. Disseram ainda, após discutirem a questão, que poderia haver uma cobrança de imposto por meio de estimativa dos produtos dos sacoleiros. Dessa forma, os que realmente precisam ficariam legalizados perante o fisco. E os que realmente são contrabandistas, que para terem lucros exorbitantes usam de todos os meios criminosos para conquistar os seus objetivos, espalhando desgraça por todos os lados, a todo custo, devem ser combatidos e colocados fora de circulação.

Diante da realidade de que um número bem elevado de pessoas recorre a produtos pirateados, buscando-se as causas, além do que já foi mencionado, chegou-se à conclusão que um dos fatores determinantes para a existência da pirataria é a carga tributária sobre os produtos brasileiros, fazendo com que o custo deles fique muito alto. Como grande parte da população é de baixa renda, disseram 80% dos alunos, “as pessoas não hesitam em recorrer a produtos pirateados, e muitos com a mesma qualidade dos produtos vendidos legalmente, a um preço bem acessível”.

3.2 - O alto custo dos produtos brasileiros

Este item refere-se ao debate sobre a questão 4. Embora tenha sido essa a opinião dos alunos, quando foi dito que a população de baixa renda “não hesitam em recorrer a produtos pirateados”, isto vai ao encontro da afirmação do secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, André Barcelos (Estadão, 11/10/2006). Para o secretário do Conselho, contudo, o problema não se resume à carga tributária. “Há vários fatores que contribuem para formar o problema”, apontando, dentre eles, o alto custo da matéria prima e da matéria prima.

Também pesquisas do Comitê Inter-secretarial de Combate à Pirataria do Estado de São Paulo (1/2/2007) mostram não ser apenas o preço que conta na aquisição de um produto pirateado. Elas dizem que:

O consumo de produtos piratas é praticamente igual em todas as classes sociais, o que derruba a tese de que estes itens são comprados especialmente por conta dos baixos preços. Produtos tecnológicos são os mais consumidos. Seis em cada dez softwares instalados em computadores brasileiros são piratas. Entre os CDs e DVDs, o índice de falsificações atinge 50% e 30%, respectivamente.

Dados do Ibope realizado em São Paulo (2007, op.cit.) apresentam quadro estatístico comprovando que não só pessoas de baixa renda compram produtos pirateados. A pesquisa revela que a classe C é a que mais consome pirataria, já que 66% da população que faz parte dessa classe consomem esses produtos. A classe A é a que menos compra (49%), seguida da D/E (59%) e da B (63%).

Esses dados só vêm comprovar que em qualquer classe social, o que as pessoas querem é comprar mais barato. Se posso pagar dez num produto, porque vou pagar 50? Além disso, os maiores consumidores estão na classe A e exatamente por terem mais dinheiro e poderem comprar por comprar..

3.3 - Pirataria: um fator cultural

Após trabalhar esta proposta com os alunos, há o convencimento de que a prática de compra de produtos pirateados não se resume apenas na questão de preço baixo. Ainda que o governo reduzisse a carga tributária de muitos produtos, mesmo assim, este vezo continuaria sendo praticado. Está arraigado nos costumes dos brasileiros o desejo de levar vantagem em tudo. É o que se chama de “jeitinho brasileiro”. As pessoas que usam desse recurso, não importando a classe social, não levam em consideração se os seus atos trarão prejuízos em impostos para o governo, nem estão preocupados se estão contribuindo para o fechamento de postos de trabalhos ou impedindo que outros sejam criados. Este é um aspecto comportamental de cultura. Em São Paulo, segundo o Ibope (2007, op. cit.),

pesquisas mostraram a opinião dos entrevistados a respeito da compra de produtos piratas.

Entre os entrevistados, considerando a média Brasil, 55% disseram não se sentir mal por consumir produtos piratas, mas a maioria (75%) disse que só compra essas mercadorias quando não tem mesmo condições de comprar o original. Além disso, 79% disseram não ter vergonha de consumir esses produtos e não escondem quando compram mercadoria não declarada. Enquanto isso, 53% dizem não ter orgulho das compras e não costumam contar para as pessoas a economia que fizeram ao comprar um produto pirata (4/12/2007).

Segundo os dados acima, e o que já foi dito, levando em conta que o problema da pirataria remonta à época do império, no caso da biopirataria de D. João (op. cit.), pode-se afirmar que comprar produtos pirateados já faz parte da cultura de boa parte dos brasileiros, visto que muitos entendem que a atitude não é normal, sabem que incorrem em erro, mas por fatores de conveniência compram produtos ilegais.

4 – Considerações finais

Os debates ocorridos em sala de aula permitiram que o assunto “pirataria” fosse estudado em quase todas as suas nuances. Chegou-se à conclusão que não somente os pobres ou as classes menos favorecidas praticam a pirataria. Outros produtos que demandam um preço elevado também são pirateados por aqueles que têm poder aquisitivo mais aquinhoado. E que se os preços dos produtos brasileiros fossem baixados, mesmo assim, não diminuiria a prática da pirataria. Os brasileiros, em sua maioria, conforme atestam pesquisas, não se sentem mal ou acham não estar praticando crime quando compram produtos não legalizados. Então se deduz que é algo que faz parte da cultura da gente brasileira, algo que faz parte de seu modo de vida. Para o governo, é claro, isto é visto como crime. Para muitos é necessidade, lançam mão desse recurso, porque dizem não haver empregos em disponibilidade. No entanto, além do combate à pirataria, o governo deve criar empregos e aplicar-se mais na educação, pois no entendimento dos alunos “essas coisas aliadas permitirão que essa prática seja minorada ou vá desaparecendo aos poucos”.

A participação dos alunos em relação ao tema trabalhado em sala de aula mediante os textos apresentados foi brilhante. Eles debateram com interesse o assunto e muitos disseram que fariam todo o esforço para evitar a compra desses produtos, afirmando que, quase sempre, a aquisição de mercadorias pirateadas oferecem perigo até mesmo para a saúde, por serem de má qualidade e não testadas pelos órgãos de vigilância.

5 - Referências bibliográficas

BRAGA, Ronaldo. *Pirataria: comissão vai enviar denúncias para a Receita Federal*. Jornal O Globo (9/11/2007).

FOLHA ONLINE. "*Pirataria não democratiza, diz protagonista de 'Tropa de Elite'*". Outubro de 2007

HAACK VELHO, Adriana. "*Como surgiu a Pirataria*" (2006). Disponível em: www.internetlegal.com.br/ - 81k . Acesso em 15/05/2008.

JB ONLINE. "*93,8% dos jovens compram produtos piratas*" (2006) Disponível em: www.abes.org.br/. Acesso em 15/05/2008. junho de 2006.

MACHADO, Jorge. "*Como surgiu a Pirataria*". USP, Brasil. Disponível em: www.forum-global.de/jm/art06-07/pirataria_legitima.html. Acesso: 20/05/2008.

STRECKER, Marcos. "D. João 6º oficializou biopirataria". Folha de S. Paulo, E6 ilustrada, 8/12/2007.